

Sustentabilidade e gestão urbana na Grande Curitiba

Considerações sobre instrumentos de gestão, planos e propostas de planejamento e a dimensão social da sustentabilidade

Cristina de Araújo Lima¹

Introdução

O contexto atual de planejamento e gestão do aglomerado urbano da Região Metropolitana de Curitiba - RMC, que congrega 12 municípios – a chamada ‘Grande Curitiba’ – se encontra estruturado para a promoção do desenvolvimento com preservação ambiental, vistos como objetivos conciliáveis segundo o texto do documento síntese da revisão do Plano de Desenvolvimento Regional – PDI (COMEC, 2001) cuja primeira versão data de 1978.

Neste enfoque os recursos naturais têm papel fundamental, especialmente os recursos hídricos que LOBATO (2000) enfatiza como prioritários tanto para o abastecimento humano quanto para a produção, sem constituir paradoxo. O órgão de planejamento metropolitano – a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba COMEC – e os órgãos públicos setoriais tratam da preservação dos mananciais de abastecimento público como prioridade, articulando estratégias frente ao desafio da organização do adensamento da **malha urbana contínua a partir do pólo e que é permeado por mananciais em 41% da sua área**. De maneira inédita, a política de abastecimento público para a Região Metropolitana configurou-se em fator estruturante do desenvolvimento regional ao atribuir condicionantes para a ocupação do território.(SCHUSSEL, 2000)

À leste de Curitiba, nos municípios vizinhos de Pinhais, Piraquara e na porção norte do município de São José dos Pinhais, áreas onde se localizam mananciais de abastecimento público responsáveis por 70% do abastecimento da Grande Curitiba, observa-se uma concentração de ocupações irregulares, onde predominam as sub-habitações assentadas ilegalmente. Nessa área, os levantamentos efetuados em 1992 e 1997

¹ Arquiteta doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano; professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Participa como docente do Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento; do Mestrado em Construção Civil – Linha Ambiente Construído; do Curso de Especialização “Cidade, Meio Ambiente e Políticas Públicas” sendo coordenadora deste último e do Curso de Arquitetura e Urbanismo - graduação. cristinalimazk@ufpr.br

registraram nessa área um crescimento de 4,5 vezes, o que pode representar, a cada ano, o assentamento precário de 5.783 pessoas ou, a cada dia, mais de 15 pessoas, atingindo em 1997, um total de 38.221 indivíduos assentados ilegalmente, de forma extremamente precária e sobre área de mananciais de alta representatividade no sistema de abastecimento integrado da aglomeração urbana-metropolitana com cerca de 2 milhões de habitantes. Quanto à evolução do número de ocupações irregulares na região metropolitana, cabe destacar que o número de unidades verificado nos três municípios citados é 2,9 vezes maior que o valor apresentado pela RMC como um todo, no mesmo período. **Apenas no município de Piraquara, no período 1992 -1997, se verificou um crescimento de ocupações irregulares de 69,81% nesse período.** (LIMA, 2000)

Acredita-se que **o conjunto das condições de vida da população, somadas à relações de dominação e disparidade social, sobretudo de cidadania, se constitui em um dos pontos mais vulneráveis na construção da sustentabilidade²** na Região Metropolitana de Curitiba.

Planejamento Metropolitano e Condições de Vida

No cenário objetivado pelo planejamento da Região Metropolitana de Curitiba na revisão elaborada em 2001 do plano regional - Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI – tem-se os **conceitos de metrópole competitiva, sustentável e solidária**, cuja perspectiva de viabilização se fundamenta, dentre outros itens, na participação do processo decisório, ou seja, uma formatação de gestão na qual a participação da população desempenha fator primordial para o desenvolvimento, sendo mesmo a sua razão e finalidade.

Partindo-se de análise quantitativa, constata-se que o crescimento populacional da Região Metropolitana de Curitiba – RMC, desde a contagem populacional de 1996 (IBGE), ocorre com maior intensidade nos municípios que circundam o pólo – **áreas com estrutura urbana precária** – onde a taxa de crescimento populacional anual vem variando em torno de 3,5% a.a., ao passo que na capital paranaense, município pólo da região metropolitana, o crescimento verificado nesse período diminuiu de 2,1% a 1,82% a.a. (IBGE, 1996; 2000). No aspecto qualitativo, verifica-se que apesar de existirem áreas nos municípios que circundam Curitiba com atendimento satisfatório de serviços públicos como abastecimento

² O conceito de sustentabilidade aqui utilizado se refere ao sentido atribuído por FOLADORI e TOMASINO.

de água, energia, comunicações, transporte coletivo, rede básica de educação e saúde, 50% da população residente tem chefe de família com renda mensal de **até dois salários mínimos**. Outros 27,82% do total das populações dos 11 municípios vizinhos a Curitiba se enquadram na condições de pobres, ou seja, são famílias com rendimento médio mensal de **até ½ salário mínimo**. (IBGE, 2000; IPARDES, 2000; DESCHAMPS, 2004) Ou seja, 78% da população do Primeiro Anel³ - ou Primeiro Patamar Metropolitano que circunda o pólo - efetiva uma alta demanda pelos serviços públicos cujo atendimento é responsabilidade dos municípios e do Estado.

No tocante à qualidade das habitações, os mais recentes dados censitários demonstram que **48,16% dos domicílios urbanos do Primeiro Patamar Metropolitano da RMC apresentam adequação geral**⁴ ou seja, atendem aos requisitos que qualificam a habitação como adequada ao ambiente urbano. No entanto, confrontando as condições do critério – estar ligada a rede de energia, estar ligada à rede de abastecimento de água, de esgoto ou ter fossa séptica, ter o lixo coletado por serviço de coleta ou por caçamba e apresentar densidade de até duas pessoas por dormitório – e o quadro real do aspecto das habitações observado nesses locais verifica-se que predominam as condições mais primárias de qualidade urbana, o que configura uma larga distância com as condições gerais predominantes nos bairros da cidade pólo – Curitiba, onde também há bairros com baixa qualidade de serviços públicos – especialmente nos itens de saneamento. Na cidade-pólo metropolitana ainda há o que se aperfeiçoar quando se verifica que a porcentagem de domicílios com adequação geral é de 79,71% ao invés de um índice mais alto nesse início do século XXI. (IBGE, 2000; IPARDES, 2000; DESCHAMPS, 2004.)

Esses dados de qualidade das habitações, tanto para Curitiba quanto para seu entorno imediato, o aqui chamado Primeiro Patamar Metropolitano, reforçam a percepção de uma agenda de obras materiais e não materiais a serem implementadas para reforçar e confirmar a imagem de Curitiba como ‘cidade modelo’, ‘planejada’ que foi difundida nos anos 90 e

³ Segundo ULTRAMARI e MOURA (1994) também MOURA e WERNECK (2001) espaço metropolitano pode ser lido em três anéis de intensidade de dinâmicas de relações com o pólo e entre municípios.

⁴ Domicílios com adequação geral são considerados aqueles que apresentam simultaneamente ligação à rede pública de distribuição de água ou de esgoto ou com fossa séptica; água canalizada em pelo menos um cômodo; lixo coletado por serviço público de limpeza ou caçamba; com densidade por dormitório de até duas pessoas.

ampliá-la para o contexto metropolitano, o que subsidiaria um discurso ecológico e social. As experiências criativas e positivas devem ser multiplicadas como têm sido reconhecido: “Se houver uma cidade modelo no futuro, ela fará as coisas que Curitiba está fazendo” (Latin American Newsletter, 13/02/1992) ou no entender do ex-secretário de Habitação Rafael Dely: “Hoje, na tenho dúvidas de que, se Curitiba é a melhor cidade do país, sua região metropolitana precisa ser incorporada à fama”. (Folha de Londrina, 29/03/1996⁵ Pela tabela seguinte verificam-se porcentagens de alguns indicadores que subsidiam as reflexões do presente artigo:

TABELA 1 – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO RECORTE ESPACIAL “PRIMEIRO PATAMAR METROPOLITANO” - PERCENTUAL DE ADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS URBANOS, ANALFABETOS FUNCIONAIS, RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA E POBRES⁶.

Municípios	Domicílios urbanos com adequação geral	Chefes de família analfabetos funcionais	Chefes de família com renda mensal de até 2 s.m.	Pobres
Almirante Tamandaré	29,79	29,20	47,90	25,19
Araucária	58,93	23,75	40,56	19,71
Campina Grande do Sul	63,43	28,14	45,88	24,57
Campo Largo	49,36	28,76	40,46	18,73
Campo Magro	62,71	30,04	47,33	25,22
Colombo	57,04	25,33	40,35	19,15
Curitiba	79,71	13,66	25,58	9,82
Fazenda Rio Grande	41,70	41,69	60,15	40,89
Pinhais	51,97	27,79	45,88	25,86
Piraquara	54,98	22,83	41,07	21,30
Quatro Barras	45,38	45,64	71,89	47,47
São José dos Pinhais	14,49	47,63	67,55	37,94

FONTE: IBGE, Censo demográfico, 2000. DESCHAMPS, 2004.

⁵ GARCIA, F. E. S. **Cidade espetáculo**. Curitiba: Palavra, 1997.p.60 e 151.

Fator significativo a ser observado no crescimento dessa população de baixa renda do Primeiro Patamar Metropolitano da RMC é o **padrão migratório**. Originado com muita força nos anos 70, época em que o Paraná passou por processo de modernização da produção agrícola e deslocou enormes contingentes populacionais do campo em direção às cidades, esse movimento ainda se verifica sendo que, atualmente, apresenta um dinamismo não mais oriundo de movimentos de êxodo rural mas de um fluxo de população entre municípios da região metropolitana ao redor do pólo.

Há portanto uma **circularidade intra-regional de mobilidade** que tem conformado áreas de ocupação anteriormente de menor valorização imobiliária e nível inferior de estruturação e equipamentos urbanos, porém hoje já focalizadas pelo mercado imobiliário cuja opção de produtos busca contemplar a necessidade de localização para a produção ou residência nas proximidades dos eixos viários e/ou de transporte coletivo que acessam a níveis de urbanização mais completos, seja para trabalho, serviços ou consumo.

Essa prática de valorização de glebas e outros produtos do mercado imobiliário pela **retenção especulativa efetivada principalmente nos eixos viários é fator determinante na formação da periferia de Curitiba, e se impõe como mais forte que os instrumentos de planejamento e gestão**, retratando uma realidade de custos econômicos do solo e imóveis que tornam inacessível o território da cidade –pólo para um número expressivo de população que lá desenvolve suas atividades diárias. Essa obrigatoriedade do deslocamento obrigatório de todos os dias se confronta com padrões ecológicos de baixo consumo de combustível, controle na emissão de poluentes sólidos e gasosos, dispêndio de tempo, dentre outros.

No processo de expansão da ocupação periférica a Curitiba, um dos vetores de expansão metropolitana de maior crescimento nas duas últimas décadas do século XX foi o leste onde se localizam os rios que compõem 70% dos mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de Curitiba. No município de Colombo, à nordeste, em região próxima ao rio Cangüiri, um dos rios de manancial, teve

⁶ Adotada a classificação utilizada por DESCHAMPS (2004) segundo a qual a categoria ‘pobres’ engloba famílias com rendimento médio mensal de até ½ salário mínimo.

início nos anos 70, uma ocupação de grande intensidade sobre áreas rurais, se transformando nos anos 80 em áreas precariamente urbanizadas e o município de maior crescimento do país. Em 1991 o município de Pinhais, situado à leste que faz divisa com Curitiba, se desmembrou devido a haver obtido população, dinâmica econômica e representação política que elevaram de categoria o antigo distrito de Piraquara.(LIMA, 2000) Atualmente, também no vetor leste de Curitiba, a antiga BR-116 foi transformada em via urbana e a função de eixo rodoviário nacional, que unia regiões ao norte e ao sul do país está localizada sobre os municípios vizinhos, também ao leste, em área de mananciais.

Por um lado, considerando as possibilidades atuais da evolução das tecnologias para estruturação urbana – opções de sistemas construtivos, técnicas e materiais para a realização de obras de infra-estrutura, equipamentos, sistema viário e sistemas de transporte – pode-se concluir que preocupações com o impacto da ocupação sobre áreas de fragilidade ambiental podem ser contornados ou minimizados. Questões pertinentes a tratamento de resíduos sólidos e líquidos; cargas nocivas; emissões poluentes; impermeabilidade do solo, enchentes e outras, verifica-se perspectivas de viabilidade da expansão metropolitana sobre as áreas dos mananciais de maior capacidade para abastecimento público na RMC. Por outro lado, no entanto, em face às condições sócio-econômicas da população, em sua maioria ainda próximas dos níveis básicos de renda e moradia, surgem dúvidas quanto ao processo de expansão para o leste metropolitano vir a se constituir em forte entrave para a construção da sustentabilidade na Região Metropolitana de Curitiba, sobretudo no aglomerado urbano polarizado por Curitiba, o Primeiro Patamar.

Aliás, esse impasse foi anunciado há 26 anos. Saliente-se que essa expansão urbana sobre o leste metropolitano **é o oposto do que estabeleciam as diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba**, aprovado em 1978 – PDI/78.

Proteção dos Mananciais e Planos Metropolitanos

No Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba aprovado em 1978 – PDI/78 – estavam estabelecidas diretrizes para expansão das estruturas urbanas segundo cinco subsistemas: contenção de crescimento para o município-pólo; desenvolvimento industrial e expansão urbana para oeste; dinamização econômica e expansão urbana para o sul; atividades extrativas minerais ao norte e **preservação dos**

mananciais no vetor leste. De forma geral, o PDI/78 foi implantado em pequena proporção, em alguns programas, sobretudo aqueles voltados a transporte e circulação de cargas e população além do estabelecimento das bases legais para uso e ocupação do solo nos centros urbanos. No entanto, a água como fator fundamental à vida e ao desenvolvimento nunca foi priorizada e o problema concretizado pela expansão urbana em direção às áreas de mananciais, ao longo de 25 anos nunca recebeu a devida atenção dos responsáveis pelos bens da coletividade. Entre 1999 e 2000, estudos de técnicos do órgão estadual de abastecimento público – SANEPAR – publicaram a previsão de esgotamento para os principais rios de abastecimento público do aglomerado metropolitano - ano 2035 a 2040, caso não fossem tomadas medidas para reverter o processo. Uma das causas principais para o esgotamento dos mananciais estava na contaminação pelo esgoto doméstico. (ANDREOLI et al, 2000; LIMA, 2000)

Considera-se o risco de esgotamento dos mananciais, racionamento na distribuição e o aumento do custo pelo consumo da água pela população atendida pelo ‘Sistema Curitiba’ da SANEPAR devido aos crescentes índices de poluição por dejetos domésticos e industriais um **dano oriundo da omissão da administrações públicas da aglomeração metropolitana nesses 26 anos** em relação ao que especificava o PDI/78.

Enfim, pela caducidade do que especificava a versão original do plano metropolitano, foi realizada a revisão do PDI-RMC de 2001. Nesta versão foram redefinidas diretrizes gerais para uso do solo metropolitano, com maior aprofundamento na diversificação das possibilidades de uso sobretudo a flexibilização da legislação anterior, absolutamente restritiva quanto ao uso em áreas de mananciais. Como diretrizes físico-territoriais tem-se;

- ~~///~~ Adensar o Núcleo Urbano Central – NUC, e as áreas consolidadas, com vistas à otimização da infra-estrutura instalada;
- ~~///~~ Promover a integração física através do sistema viário e dos transportes coletivos metropolitanos, entre os municípios do Primeiro Anel Metropolitano, estimulando a estruturação de sub-pólos de forma a aliviar a pressão sobre Curitiba;
- ~~///~~ Incentivar a criação de novos eixos de urbanização para atender a demanda por habitação social e interligando as áreas industriais recentemente implantadas;

- ✍ Garantir a manutenção dos espaços verdes permeando a malha urbana regional de forma a manter o índice de área verde (m²) por habitante de acordo com os padrões recomendados;
- ✍ Melhorar a acessibilidade regional através da complementação física do sistema viário metropolitano, com o estabelecimento de ligações periféricas entre municípios, diferenciando carga, transporte público de passageiros e transporte individual, segundo projeções de tráfego futuro;
- ✍ Garantir a manutenção de espaços para a atividade primária no entorno da malha urbana regional;
- ✍ Implementar programas que promovam a associação entre habitação e geração de empregos junto aos pequenos núcleos urbanos;
- ✍ Reforçar as estruturas urbanas localizadas no Segundo Anel Periférico, por meio de planejamento de uso do solo que vise o incentivo ao desenvolvimento de atividades vinculadas ao setor terciário, aumentando sua capacidade de atender às demandas das atividades rurais do entorno.

Essa nova proposta de diretrizes para ocupação físico-territorial apresentada pelo PDI-RMC/2001 vem se somar aos instrumentos de gestão das áreas de mananciais já existentes, como as Áreas de Preservação Ambiental – APA's – na região leste decretadas em 1996 - e reforça propostas como das **Unidades Territoriais de Planejamento – UTP's**, propostas através da Lei estadual n.º12.248/98.

As cinco UTP's criadas delimitam locais de ocupações irregulares cujas áreas variam entre 18,49 km² até 42,8 km², e congregam populações cuja estimativa aponta os números de 2.230 a 26.900 habitantes, com taxa de crescimento anual de 3,41% até 23,96%. (COMEC, 2000)

Todas as áreas têm em comum a degradação ambiental, ocupações irregulares em sub-habitações e carência de infra-estrutura básica devido a serem áreas cuja legislação de ocupação era de total restrição devido a sua condição de interioridade aos limites das sub-bacias dos principais mananciais de abastecimento público do aglomerado metropolitano.

A primeira UTP delimitada, a UTP do Guarituba, se localiza a montante da captação e sofre forte pressão por ocupações, o que sinalizou a opção de revisão do zoneamento existente, o

controle da densidade e o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com a fragilidade ambiental que a caracteriza.

Na UTP de Pinhais, o local sofria pressões por ocupação pelo norte onde já existe uma grande área de ocupação irregular com mais de 2.500 famílias – a Vila Zumbi dos Palmares – e tendo a leste a represa do rio Irai, situada na APA do mesmo nome. Nesse caso, a delimitação da UTP se configurou em um zoneamento de transição de baixa densidade, proposta que se reproduziu nas demais unidades. As densidades variavam de 8,41 hab/ha até 77,46 hab/ha, sendo este último valor maior que três vezes a média de densidade da região metropolitana. (COMEC, 2001)

Todas as Unidades Territoriais de Planejamento – UTP's – visaram ordenar uma ocupação ilegal que se efetivou na realidade, originada e consolidada pela proximidade com os eixos viários de acesso aos pólos de trabalho e renda, como o Distrito Industrial de São José dos Pinhais (caso da UTP do Itaquí) e outros sub-centros locais, além da própria Curitiba. Nos casos da UTP de Campo Magro e Itaquí trata-se de área entre Áreas de Preservação Ambiental - APA's – e, nas UTP's de Campo Magro e Quatro Barras é proposto o desenvolvimento do forte potencial para atividades ligadas ao turismo.

No entanto, em função da reflexão a respeito das experiências anteriores, várias questões se colocam para reflexão. De imediato surgem 4 questões:

- ~~✍~~ Quais os limites da flexibilização da ocupação em áreas de mananciais e como serão efetivados o controle e a gestão por ocupação além dos limites sobre a base espacial e a sociedade?
- ~~✍~~ Quais as perspectivas de consolidação para a população assentada em áreas de mananciais atingir níveis de renda para instalar e manter os custos urbanos decorrentes do processo de inserção na 'cidade legal': infra-estrutura adequada que viabilize a ocupação; custos da manutenção da moradia e acesso aos serviços públicos e privados?
- ~~✍~~ Quais e como estão previstos instrumentos de incentivo para a reorientação da expansão metropolitana em direção a espaços de menor vulnerabilidade ambiental na RMC, apontados no PDI-RMC/2001?

☞ Que qualidade de participação popular será possível com os índices de baixa renda, alfabetização funcional, pobreza apresentados pela população?

Considerações a Respeito de Sustentabilidade Social

Colocando-se a sustentabilidade sócio-ambiental da Região Metropolitana de Curitiba como um objetivo possível a ser construído pelo conjunto da sociedade, poder público e iniciativa privada, verificam-se alguns pontos para reflexão que visam propiciar alguma contribuição ao debate.

Inicialmente, no PDI-RMC/2001, é colocado “um novo conceito de região”: a metrópole competitiva, sustentável e solidária”⁷. Mais adiante se apresenta o processo de consulta e participação da população como “um dos mais importantes instrumentos para a adequada gestão da cidade contemporânea” sendo que se propõe a realizá-la através de “sondagem junto a atores-chave que atuam no espaço metropolitano, no sentido de construir um ‘urbanismo de idéias’, ou seja um amplo conjunto de proposições que possam ser discutidas, complementadas e detalhadas por **organizações representativas dos interesses da sociedade**.”⁸ Esse último pressuposto coincide com o conceito de desenvolvimento sustentável que abrange a dimensão sócio-econômica e cultural. No entanto, a construção dessa participação popular, tendo-se em vista os indicadores sociais apresentados anteriormente, o fracasso do PDI/78, viabilizariam a região “competitiva, sustentável e solidária” proposta no PDI-RMC/2001, considerando-se as pressões de mercado que influenciam tão fortemente o uso e ocupação do solo e demais variáveis do desenvolvimento?

O campo de análise imediato desse contexto de expansão do aglomerado metropolitano está configurado no Primeiro Patamar Metropolitano de relações diárias. **Esse anel de ocupação intensiva, de densidade crescente sob bases urbanísticas precárias e que circunda Curitiba oferece ao mesmo tempo a oportunidade e o contexto de desafio à construção da sustentabilidade regional**, uma vez que se pode considerar Curitiba como pólo metropolitano estruturado, cujas questões de demandas de infra-estrutura, serviços e

⁷ COMEC, 2001, p.9.

⁸ COMEC, 2001, p.78. A metodologia proposta prevê questionários para captar propostas preliminares de instituições públicas e privadas tais como lideranças políticas e empresariais de cada município metropolitano e organizações não-governamentais com atuação regional.

questões ambientais que ainda não estão adequadamente resolvidas – caso dos rios poluídos, sistema de coleta e tratamento do esgoto, do lixo, do tráfego de veículos, da poluição do ar - encontram-se, no entanto, com perspectivas bem mais promissoras de solução que dos demais municípios metropolitanos. Alguns pontos se colocam como questões para reflexão:

1.º Questão: Na busca pela construção da sustentabilidade regional o contexto espacial de referência da Região Metropolitana de Curitiba deveria considerar as bacias e sub-bacias hidrográficas como unidades de planejamento⁹ aliado ao âmbito de intensidade de relações diárias de troca que fundamenta o conceito de Região Metropolitana. Isso exigiria uma **reconfiguração espacial da própria região**, deitando por terra os critérios de limites político-administrativos e de interesses políticos para inclusão ou exclusão de municípios. Nesse sentido, cabe ressaltar o papel dos recursos hídricos não apenas como de utilidade para o consumo humano e para a produção, mas elemento ecossistêmico fundamental à vida;

2.ª Questão: Sustentabilidade é conceito que se apóia em 3 dimensões: ecológica, sócio-cultural e econômica, segundo FOLADORI (2002). O conceito adotado como ‘idéia-força’ pelo PDI-RMC/2001, ‘metrópole competitiva, sustentável e solidária’ pode ser entendido como talhado para o debate internacional que está em curso, porém representa, antes de mais nada, um enorme desafio pois considera-se que as condições ambientais da Região Metropolitana de Curitiba ainda apresentam possibilidades para a sustentabilidade ecológica e eventualmente para a sustentabilidade econômica, a depender das escolhas e condução das políticas federais e de alcance regional. No entanto, **a dimensão que se acredita mais difícil de ser construída é a sustentabilidade social, e esta se apresenta muito frágil no contexto metropolitano**. Por razões estratégicas e culturais têm sido uma elite que tem governado; a massa da população tem tido pouca participação nas decisões políticas – vide as porcentagens de analfabetos funcionais, proporção da população com renda de até dois salários mínimos, que perduram até os dias de hoje.¹⁰ Atualmente, a participação se torna de pouco alcance também devido às especificidades do teor das

⁹Recorte especificado na Lei Federal dos Recursos Hídricos.

¹⁰ Ver Tabela 1 apresentada anteriormente.

discussões – como exemplo, o Plano Diretor, compreensível para iniciados, que se mantêm um número irrisório dentre a população. Ainda cabe lembrar as distorções das representações verificadas dos ‘interesses da população’ que freqüentemente favorecem grupos em detrimento da coletividade. Nesse conjunto de obstáculos à participação se destaca a **violência urbana** representada pelo crescente índice de assaltos, roubos e demais crimes à que está submetida a população metropolitana reproduzindo fatos que ocorrem em vários outros espaços urbanos nacionais, **que retrata uma realidade sócio-econômica** de má distribuição de renda, de falta de oportunidades de emprego e de formação educacional e técnica dos jovens e adultos frente aos requisitos dos mercados globais da atualidade.

Para a construção das três dimensões da sustentabilidade há que verificar inicialmente que devem ser revistas as práticas do modo capitalista de produção segundo os novos conceitos que abandonam as noções de três mundos, de centro-periferia, sociedade nacional, estado nação porque se processaram muitas mudanças no século XX. IANNI (1997) aborda as novas configurações do mundo capitalista na sociedade global que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que, mesmo com *modus operandi* próprios, contextos nacionais e regionais, passam a internalizar ligações de alcance entre os demais espaços e sociedades do planeta.

Acredita-se então que a participação popular pode e deve se concretizar e espera-se que isso ocorra, no entanto, muito haverá que ser trabalhado para realizá-la com efetividade. **Tem-se que perseguir a qualidade da participação, o envolvimento, a co-responsabilidade pelo bem comum. A oportunidade está no próprio processo social que, então, ao se desenvolver, consolidará as bases para a estruturação técnica do planejamento e gestão metropolitanas.** As palavras de Otávio Ianni respaldam essa crença: “o indivíduo somente pode realizar-se e emancipar-se na sociedade. ...As suas carências, continuamente recriadas, instituem a trama das relações sociais, a dialética indivíduo e sociedade, um implicando o outro, **ambos constituindo-se reciprocamente** todo o tempo.”

A situação configurada aponta veementemente para a importância e caráter impreterível da integração metropolitana, nas políticas públicas de todos os setores e supra-setoriais, mas sobretudo depende da qualidade do envolvimento da população, inclusive na forma de

cobrança pelo adequado desempenho das representações políticas¹¹. As políticas públicas formatadas pelo órgão metropolitano - COMEC – entre os anos de 1978 e 2000 objetivaram diretrizes espaciais de ocupação do território, especialmente no apoio a formulação das leis de zoneamento dos municípios metropolitanos; ao manejo florestal; a gestão do sistema viário. Acredita-se que uma das questões de destaque no momento seja avaliar o quanto o Plano regional revisto, a partir da versão de 1978, terá condições de subsidiar o desenvolvimento humano, base do desenvolvimento regional, da sustentabilidade. Para exemplificar a demanda de investimento humano tem-se os dados de baixa escolaridade dos migrantes intra metropolitanos IBGE/1996;2000).

Aspecto de relevância na discussão são as relações de poder e de dominação que se processam dentro da sociedade, especialmente ao se considerar o valor de mercado do solo urbano implicado nas questões de planejamento urbano-metropolitano e gestão com participação popular. Nesse campo verificam-se processos e estruturas configuradas por legislação e práticas antigas ao qual o estatuto da Cidade abre novas perspectivas para o resgate das possibilidades de implementação de um espaço urbano como palco de relações sociais mais igualitárias. Há uma hierarquia sócio-espacial na Grande Curitiba a ser enfrentada para criar uma sustentabilidade social, base primeira do trinário de construção da sustentabilidade metropolitana, tornando mais viável a abordagem do desafio representado pelo conceito proposto pelo PDI-RMC/2001 de “Metrópole competitiva, sustentável e solidária”.

Referências bibliográficas

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Metrópolis em revista**. Curitiba, COMEC, n.2, dez. 2000.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Metrópolis em revista**. Curitiba, COMEC, n.3, out. 2001.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Plano de desenvolvimento integrado**. Curitiba, 1978.

¹¹ São exemplos negativos os casos de falta de integração de políticas de alcance metropolitano – como as políticas de transporte coletivo, segurança, habitação e outras – em razão de diferenças entre interesses dos partidos políticos das autoridades no poder – tanto no âmbito municipal em relação ao estadual quanto ao contrário.

- COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Plano de desenvolvimento integrado**. Documento síntese para discussão. Curitiba, 2001.
- DESCHAMPS, M. V. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba 2004. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná.
- FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, n.102, p. 103-113, jan./jun.2002.
- FOLADORI, G.; TOMASINO, H. El enfoque técnico y el enfoque social de la sustentabilidad. PIERRI, N.; FOLADORI, G. **Sustentabilidad?** Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001. p.129-137.
- GARCÍA, F. E. S. **Cidade espetáculo**. Curitiba: Palavra, 1997.
- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo populacional Ano 2000**. Rio de Janeiro, 2000.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Microdados**. Curitiba, 2000.
- LIMA, C. de A. **A ocupação de áreas de mananciais na Região Metropolitana de Curitiba**: do planejamento à gestão urbana-metropolitana. Curitiba 2000. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná.
- LOBATO, F. Lei estadual n.º 12.726/99 e o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos. . **Metrópolis em revista**, Curitiba, COMEC, ano 2, n.1, p.31 - 36, dez. 2000.
- MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, n.100, jan./jun.2001, p.25 -56.
- SCHUSSEL, Z. A Região Metropolitana de Curitiba e a preservação dos mananciais hídricos. **Metrópolis em revista**, Curitiba, COMEC, ano 2, n.1, p.5 -14, dez. 2000.
- ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (org.) **Metrópole**: Grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994.